



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

15º EXAME DE SELEÇÃO

ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE E DE
ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

- 2007 -

DIREITO CONSTITUCIONAL

1) Sobre o direito de propriedade, pode-se afirmar que:

- a) Por estar inserido no rol de direitos fundamentais da Constituição de 1988, seu gozo e disposição não são passíveis de qualquer restrição legislativa.
- b) A desapropriação será sempre realizada mediante justa e prévia indenização em dinheiro.
- c) Somente a desapropriação-confisco não exige prévia indenização em dinheiro.
- d) O direito à propriedade imaterial também tem *status* de direito fundamental;
- e) Qualquer propriedade rural poderá ser objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva.

2) São garantidos aos servidores públicos estatutários os seguintes direitos:

- a) Aposentadoria em termos idênticos aos concedidos aos trabalhadores vinculados ao regime celetista.
- b) Décimo-terceiro salário.
- c) Saque, após três anos de atividade, da conta vinculada do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.
- d) Seguro-desemprego.
- e) Aviso prévio.

3) Sobre que matéria o Estado do Rio de Janeiro não pode legislar?

- a) Defesa do meio ambiente.
- b) Transporte rodoviário.
- c) Licitações e contratos administrativos.
- d) Registros públicos.
- e) Defesa do consumidor.

4) Qual das medidas provisórias abaixo não padece do vício de inconstitucionalidade?

- a) A que altera o prazo processual para o oferecimento de contestação.
- b) A que amplia o número de condições de inelegibilidade.
- c) A que facilita a naturalização de desportistas de alto desempenho.
- d) A que aumenta a pena de todos os crimes praticados contra a Administração Pública.
- e) A que concede aumento aos Delegados da Polícia Federal.

5) Um famoso jogador de futebol, conhecido pelo seu engajamento político e pela circunstância de ter se formado em Direito enquanto jogava profissionalmente, decide "pendurar as chuteiras" aos 32 (trinta e dois) anos de idade. Diante de seu perfil respeitado e popularidade, várias autoridades governamentais e líderes partidários tentam seduzi-lo com propostas para ingressar na vida pública. Considerando os cinco convites abaixo, qual das funções abaixo o referido jogador poderia assumir?

- a) Presidente da República.
- b) Ministro do Tribunal de Contas da União.
- c) Ministro da Justiça.
- d) Advogado-Geral da União.
- e) Senador da República.

6) Diz-se que a Constituição de 1988 é rígida:

- a) porque a enumeração dos direitos e garantias fundamentais é exaustiva.
- b) em virtude da severidade da pena prevista para os crimes de responsabilidade.
- c) porque prevê a moralidade e a eficiência como princípios da Administração Pública.
- d) porque sua reforma se dá mediante procedimento mais complexo que o exigido para a modificação das leis.
- e) por consagrar o princípio da supremacia constitucional.

7) A declaração de inconstitucionalidade de uma lei realizada pelo STF em controle abstrato:

- a) gera efeitos apenas entre as partes do processo.
- b) possui, em geral, eficácia *ex tunc* ou retroativa, podendo o STF, excepcionalmente e por decisão de dois terços de seus membros, determinar que produza efeitos apenas para o futuro.
- c) tem sempre efeitos *ex nunc*, isto é, somente a partir da data de trânsito em julgado da decisão.
- d) retroage, em qualquer caso, à data de publicação da lei, sendo inadmissível qualquer temperamento.
- e) não pode ocorrer na vigência de estado de defesa ou estado de sítio.

8) Sobre a competência legislativa concorrente dos entes federados, é CORRETO afirmar que:

- a) cabe à União legislar sobre normas especiais e aos Estados legislar sobre normas gerais.
- b) se trata de uma característica marcante do federalismo de cooperação preconizado pela Constituição de 1988.
- c) enquanto a União não criar lei sobre determinada matéria, ficam os Estados proibidos de legislar sobre o mesmo assunto.
- d) podem os Estados criar normas especiais em matéria de Direito do Trabalho.
- e) a edição de lei federal revoga as leis estaduais que cuidem de matéria de competência legislativa concorrente.

9) Assinale a afirmativa CORRETA:

- a) Os Municípios que não possuem Procuradoria própria serão representados em juízo pelo Ministério Público.
- b) A representação judicial do Estado pode, em caráter excepcional e por determinação expressa em lei, ser exercida pela Defensoria Pública Geral do Estado.
- c) Aplicam-se aos Procuradores dos Estados as mesmas garantias constitucionais conferidas aos magistrados, como a vitaliciedade e a inamovibilidade.
- d) É privativa dos Procuradores dos Estados a representação do respectivo ente federado na cobrança judicial da dívida ativa.
- e) As Procuradorias-Gerais dos Estados submetem-se à fiscalização do Conselho Nacional de Justiça.

10) Assinale a afirmativa CORRETA:

- a) A partir do advento da Emenda Constitucional n.º 45, todos os enunciados da Súmula do Supremo Tribunal Federal passaram a ostentar caráter vinculante para os demais órgãos do Judiciário.
- b) O Direito brasileiro admite a inconstitucionalidade formal superveniente das leis.
- c) Não é cabível o ajuizamento de arguição de descumprimento de preceito fundamental para fins de controle de constitucionalidade de leis municipais.
- d) Os legitimados para ajuizar a ação direta de inconstitucionalidade interventiva são os mesmos legitimados para a ação declaratória de constitucionalidade.
- e) Segundo a jurisprudência dominante do STF, considera-se revogada uma lei editada anteriormente à promulgação da Constituição quando o conteúdo dessa lei for incompatível com a nova ordem constitucional.

DIREITO CIVIL

11) São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil:

- a) os menores de dezoito anos.
- b) os ébrios habituais.
- c) os pródigos.
- d) os que não puderem exprimir sua vontade.
- e) os ausentes.

12) Assinale a alternativa incorreta:

- a) A capacidade do agente, a licitude do objeto e a forma prescrita ou não defesa em lei são requisitos de validade do negócio jurídico.
- b) A validade da declaração de vontade depende, em regra, de forma especial.
- c) Nas declarações de vontade se atenderá mais à intenção nelas consubstanciada do que ao sentido literal da linguagem.
- d) Os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme a boa-fé e os usos do lugar de sua celebração.
- e) Os negócios jurídicos benéficos e a renúncia interpretam-se estritamente.

13) A extinção da obrigação mediante novação ocorre quando:

- a) o credor consente em receber prestação diversa da que lhe é devida.
- b) duas pessoas forem ao mesmo tempo credor e devedor uma da outra.
- c) na mesma pessoa se confundam as qualidades de credor e devedor.
- d) há a transferência da qualidade creditória para aquele que solveu a obrigação de outrem.
- e) o devedor contrai com o credor nova dívida para extinguir e substituir a anterior.

14) Os deveres de lealdade, proteção e informação nas relações contratuais são corolários de que princípio do Código Civil?

- a) Princípio da concreção.
- b) Princípio da operabilidade.
- c) Princípio da boa-fé objetiva.
- d) Princípio da autonomia da vontade.
- e) Princípio do *pacta sunt servanda*.

15) O instituto da lesão, previsto no Código Civil como um dos defeitos do negócio jurídico, configura-se quando:

- a) uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga à prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.
- b) alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa.
- c) a prestação de uma das partes se tornar excessivamente onerosa, com extrema vantagem para a outra, em virtude de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis.
- d) uma pessoa, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem.
- e) o titular de um direito, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.

16) Assinale a afirmativa incorreta:

- a) O distrato deve observar a forma exigida para o contrato.
- b) O terceiro, em favor de quem se estipulou em contrato, pode exigir o cumprimento da obrigação.
- c) A proposta de contrato sempre obriga o proponente.
- d) Nos contratos de adesão, as cláusulas contraditórias devem ter a interpretação mais favorável ao aderente.
- e) A liberdade de contratar encontra limites na função social do contrato.

17) Renato, de 17 anos, prometeu vender um imóvel de sua propriedade, através de escritura pública. Pode-se dizer que:

- a) O negócio jurídico é válido, por respeitar a forma prevista em lei.
- b) O negócio jurídico é anulável, por ter sido praticado por agente relativamente incapaz, não assistido.
- c) O negócio jurídico é válido porque observada a forma prevista em lei e não praticado por agente absolutamente incapaz.
- d) O negócio jurídico é nulo.
- e) O negócio jurídico não pode ser confirmado pelas partes.

18) A respeito do adimplemento das obrigações, pode-se afirmar que:

- a) O pagamento feito por terceiro interessado não é válido.
- b) O credor é obrigado a receber prestação diversa da que lhe é devida, se mais valiosa.
- c) É válido o pagamento feito de boa-fé ao credor putativo.
- d) O devedor não pode reter o pagamento até que lhe seja dada a quitação.
- e) A entrega do título ao devedor não presume o pagamento.

19) Assinale a afirmativa correta:

- a) A decadência prevista em lei não pode ser conhecida, de ofício, pelo juiz.
- b) Os prazos decadenciais não correm enquanto pendente condição suspensiva.
- c) A interrupção da decadência somente pode ocorrer uma vez.
- d) A decadência não corre contra os absolutamente incapazes.
- e) É válida a renúncia, pelas partes, à decadência prevista em lei.

20) A respeito da solidariedade, é incorreto afirmar que:

- a) Cada um dos credores solidários tem direito a exigir do devedor o cumprimento da obrigação por inteiro.
- b) Não subsiste a solidariedade quando convertida a obrigação em perdas e danos.
- c) O ajuizamento de ação contra apenas um dos devedores solidários não importa renúncia à solidariedade.
- d) A cláusula estipulada entre um dos devedores solidários e o credor não pode agravar a posição dos outros, se não consentiram.
- e) Todos os devedores solidários respondem pelos juros de mora, ainda que a ação tenha sido ajuizada apenas contra um.

PROCESSO CIVIL

21) Quanto à capacidade processual das partes em juízo, marque a alternativa INCORRETA:

- a) Toda pessoa que se acha no exercício dos seus direitos tem capacidade para estar em juízo.
- b) Os incapazes serão representados ou assistidos por seus pais, tutores ou curadores, na forma da lei civil.
- c) O cônjuge somente necessitará do consentimento do outro para propor ações que versem sobre direitos reais imobiliários.
- d) O Estado sempre será representado em juízo por seu Governador.
- e) Verificando a incapacidade processual ou a irregularidade da representação das partes, o juiz, suspendendo o processo, marcará prazo razoável para ser sanado o defeito.

22) Marque a alternativa INCORRETA:

- a) Duas ou mais pessoas podem litigar, no mesmo processo, em conjunto, ativa ou passivamente, quando os direitos ou as obrigações derivarem do mesmo fundamento de fato ou de direito.
- b) Pendendo uma causa entre duas ou mais pessoas, o terceiro, pessoa natural, que tiver interesse econômico em que a sentença seja favorável a uma delas, poderá intervir no processo para assisti-la.
- c) A assistência tem lugar em qualquer dos tipos de procedimento e em todos os graus da jurisdição, mas o assistente recebe o processo no estado em que se encontra.
- d) O assistente atuará como auxiliar da parte principal, exercerá os mesmos poderes e sujeitar-se-á aos mesmos ônus processuais.
- e) Sendo revel o assistido, o assistente será considerado seu gestor de negócios.

23) Sobre a citação, marque a alternativa CORRETA:

- a) O comparecimento espontâneo do réu não supre a falta de citação regular.
- b) A citação concretiza o princípio processual da transparência na gestão do Poder Judiciário.
- c) Comparecendo o réu apenas para argüir a nulidade e sendo esta decretada, considerar-se-á feita a citação na data em que ele ou seu advogado for intimado da decisão.
- d) A citação do réu somente poderá ser feita em sua residência.
- e) A citação ordenada por juiz incompetente não gera qualquer efeito jurídico.

24) Marque a alternativa INCORRETA:

- a) O processo civil começa por iniciativa da parte, mas se desenvolve por impulso oficial.
- b) Considera-se proposta a ação, tanto que a petição inicial seja despachada pelo juiz, ou simplesmente distribuída, onde houver mais de uma vara.
- c) A propositura da ação só produz efeitos para o réu depois que este for regularmente citado.
- d) Feita a citação, é defeso ao autor modificar o pedido ou a causa de pedir, mesmo com o consentimento do réu.
- e) Nenhum juiz prestará a tutela jurisdicional senão quando a parte ou o interessado a requerer, nos casos e formas legais.

25) José Felipe ajuíza ação ordinária em face do DETRAN/RJ e do Estado do Rio de Janeiro, ambos com representação judicial da Procuradoria Geral do Estado, pleiteando indenização pelos danos morais supostamente sofridos. Sobre o prazo para os Réus contestarem a demanda marque a alternativa CORRETA:

- a) é de 30 dias para ambos.
- b) é de 120 dias para ambos.
- c) é de 60 dias para o Estado e de 30 dias para o DETRAN/RJ.
- d) é de 60 dias para ambos.
- e) é de 15 dias para ambos.

26) Tem-se a extinção do processo sem resolução de mérito:

- a) quando o juiz rejeitar o pedido do autor.
- b) quando as partes transigirem.
- c) quando o juiz indeferir a petição inicial.
- d) quando o juiz reconhecer a prescrição de ofício.
- e) quando o autor renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação.

27) Sobre a resposta do réu, marque a alternativa INCORRETA:

- a) São modalidades de resposta do réu a contestação, a exceção e a reconvenção.
- b) Quando vários réus forem citados no mesmo processo, o prazo para responder ser-lhes-á comum, mesmo que tenham procuradores distintos.
- c) Compete ao réu alegar, na contestação, toda matéria de defesa e especificar as provas que pretende produzir.
- d) O réu pode reconvir ao autor no mesmo processo, toda vez que a reconvenção seja conexa com a ação principal ou com o fundamento da defesa.
- e) É lícito a qualquer das partes argüir, por meio de exceção, a incompetência relativa, o impedimento ou a suspeição.

28) Marque a alternativa INCORRETA:

- a) O Estado do Rio de Janeiro não está isento do pagamento de custas processuais.
- b) O Estado do Rio de Janeiro possui prazo em dobro para recorrer.
- c) O Estado do Rio de Janeiro não possui privilégio de prazo para responder a recurso.
- d) Compete ao Supremo Tribunal Federal julgar as ações por descumprimento de preceito fundamental.
- e) O Procurador do Estado não é tido pelo Código de Processo Civil, expressamente, como auxiliar da justiça.

29) Sobre a Súmula Vinculante, é CORRETO afirmar que:

- a) vincula somente os membros do Poder Judiciário.
- b) vincula somente os membros do Poder Judiciário, o Chefe do Poder Executivo e o Chefe do Poder Legislativo.
- c) pode ser editada pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça.
- d) somente pode ser editada pelo Supremo Tribunal Federal.
- e) somente pode ser editada pelo Supremo Tribunal Federal e vincula apenas os membros do Poder Judiciário, em razão do princípio da separação de poderes.

30) Quanto ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), é CORRETO afirmar que:

- a) somente detém competência para processar e julgar recursos especiais e ordinários.
- b) somente detém competência para julgar recursos.
- c) detém competência para processar e julgar recursos e ações originárias.
- d) detém competência para julgar recursos especiais e extraordinários.
- e) não detém competência para julgar reclamações.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

AVISO

15.º EXAME DE SELEÇÃO DE CANDIDATOS AO ESTÁGIO DE
PRÁTICA FORENSE E DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

O CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS divulga aos interessados o gabarito do Exame de Seleção realizado em 02.09.2007:

DIREITO CONSTITUCIONAL	DIREITO CIVIL	DIREITO PROCESSUAL CIVIL
01 - D	11 - D	21 - D
02 - B	12 - B	22 - B
03 - D	13 - E	23 - C
04 - E	14 - C	24 - D
05 - C	15 - A	25 - D
06 - D	16 - C	26 - C
07 - B	17 - B	27 - B
08 - B	18 - C	28 - A
09 - D	19 - D	29 - D
10 - E	20 - B	30 - C



ENYR PASSOS SILVA
Assessora / GAB-Mair. 6176930-4
CEJUR/PGE

O resultado final do Exame de Seleção, com a classificação dos candidatos aprovados, será publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro - Parte I.

Rio de Janeiro, 3 de setembro de 2007.

LEONARDO DE ANDRADE MATTIETTO
Procurador-Chefe do CEJUR

